

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE – UFF
INSTITUTO DE ARTE E COMUNICAÇÃO SOCIAL - IACS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – GCI
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARQUIVOLOGIA**

RENATA COELHO S. S. ROCHA FERREIRA

**REFLEXÕES ACERCA DA DEFINIÇÃO DE
FUNDO E DA SISTEMÁTICA DE ARRANJO:
Análise do fundo do Serviço Nacional de Teatro**

**UNIVERSIDADE
FEDERAL
FLUMINENSE**

NITERÓI

2014

RENATA COELHO S. S. ROCHA FERREIRA

REFLEXÕES ACERCA DA DEFINIÇÃO DE FUNDO E DA SISTEMÁTICA DE
ARRANJO: Análise do fundo do Serviço Nacional de Teatro

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Universidade Federal
Fluminense como requisito parcial para
obtenção do título de Arquivista.

ORIENTADORA: Prof. Prof^ª. Lindalva Rosinete Silva Neves

Niterói
2014

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

Ferreira, Renata Coelho S.S.R.

**Reflexões acerca da definição de fundo e da Sistemática de Arranjo: Análise do fundo do Serviço Nacional de Teatro/
Renata Coelho S.S.R. Ferreira. – 2014.**

35 f.

**Orientadora: Prof. Profª. Lindalva Rosinete Silva Neves
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquivologia) –
Universidade Federal Fluminense, 2014.**

Bibliografia: f. 31-35.

1. Sistema de Arranjo. 2. Arquivo Permanente. 3. Fundos

**I. Neves, Lindalva Rosinete Silva. II. Universidade Federal Fluminense.
Instituto de Arte e Comunicação Social.**

III. Título

RENATA COELHO S. S. ROCHA FERREIRA

REFLEXÕES ACERCA DA DEFINIÇÃO DE FUNDO E DA SISTEMÁTICA DE
ARRANJO: Análise do fundo do Serviço Nacional de Teatro

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Universidade Federal
Fluminense como requisito parcial para
obtenção do título de Arquivista.

Aprovada em / /

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Lindalva Rosinete Silva Neves
UFF - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

Prof.^a Marcela Sanches
UFF - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

Prof.^a Raquel Luise Pret Coelho
UFF - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

AGRADECIMENTOS

Um agradecimento muito especial aos meus avós, Hélio e Cyléa, pelo apoio, suporte e motivação. Sem eles nenhuma empreitada faria sentido.

Ao meu irmão Zeca e toda família Coelho, pelas horas de descontração e cobrança.

À toda família Ferreira, pelo carinho e aconchego de sempre.

Aos amigos do peito, aqueles que nunca me faltam, e fazem os momentos amargos da vida se tornarem mais amenos.

À Marcia Fonseca, Maria Paula e Marília do Cedoc/Funarte por toda a atenção e por compartilharem comigo suas experiências de trabalho.

Aos amigos do Gdoc/Bndes, que tanto me apoiaram e torceram por mim. Sem dúvidas, levarei comigo muito do que foi vivido ali.

Agradeço a comunidade UFF, aos estágios curriculares, aos professores, aos arquivistas, todos aqueles que trabalham na área de arquivo e se empenham pra fazer da ciência arquivística, um campo de referência.

Por tradição, os profissionais da leitura de arquivos são "literatos" (historiadores, filósofos, pessoas de letras) que têm o hábito de contornar a própria questão da leitura regulando-a num ímpeto, porque praticam cada um deles sua própria leitura (singular e solitária) construindo o seu mundo de arquivos. (PÊCHEUX, 1997) ¹

1

PÊCHEUX, Michel. Ler o Arquivo Hoje. In: ORLANDI, Eni P. Gestos de Leitura: da história do discurso. 2. ed. Campinas:UNICAMP, 1997. (Repertórios) p. 55-66

RESUMO

A definição de Fundo e o Sistema de Arranjo de documentos são assuntos pertinentes aos arquivos permanentes, os quais possuem valor secundário. Muitos autores consideram uma tarefa árdua a organização da massa documental desordenada oriunda do recolhimento no momento da extinção do órgão. O trabalho em questão aborda essa temática no âmbito dos arquivos públicos brasileiros e tem como objetivo conhecer os principais parâmetros que regem esta atividade arquivística. Busca através de levantamento e análise da literatura publicada e traduzida para o português sobre o tema, visando identificar os possíveis impactos da definição de fundo de arquivo e efetivação do sistema de arranjo. A conclusão inicial indica que o arranjo de documentos permanentes originários de fundos extintos exige pesquisa voltada para a natureza administrativa do órgão.

Palavras-chave: Sistema de Arranjo, Arquivo Permanente, Fundos.

ABSTRACT

The definition of funds and the System Arrangement of documents are relevant to the historic archives, which have secondary value issues. Many authors consider an arduous task of organizing documentary coming disordered mass of wild gathering on the extinguishment of the organ. The work in question addresses such issues among the Brazilian public archives and aims to know the key parameters governing this archival activity. Search through exhaustive survey and analysis of the published literature and translated into Portuguese on the topic, identify potential effects of background setting file and effectiveness of the system of arrangement. The initial finding indicates that the arrangement of permanent documents originating funds extinct requires exhaustive research focused on the administrative organ.

Keywords: Arrangement System, Permanent File, Historic Archive, Funds.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 METODOLOGIA.....	12
3 MARCO TEÓRICO.....	14
3.1 FUNARTE _ A ENTIDADE CUSTODIADORA.....	14
3.2 O ESTUDO DO FUNDO SERVIÇO NACIONAL DE TEATRO.....	16
3.3 DA SISTEMÁTICA DE ARRANJO.....	25
3.3.1 A INVESTIGAÇÃO SOBRE A ORDEM ORIGINAL.....	26
3.3.2 AVALIAÇÃO DO ESTUDO DE CONSERVAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO..	27
3.3.3 O ESBOÇO DE UM QUADRO DE ARRANJO DO SNT.....	29
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	30
REFERÊNCIAS.....	32

LISTA DE ABREVIATURAS

CEDOC/FUNARTE	Centro de Documentação da Fundação Nacional de Artes
FEFIEG	Federação das Escola Federais Isoladas do Estado da Guanabara
FUNARTE	Fundação Nacional de Artes
FUNDACEN	Fundação Nacional de Artes Cênicas
FCB	Fundação do Cinema Brasileiro
IBAC	Instituto Brasileiro de Arte e Cultura
INACEN	Instituto Nacional de Artes Cênicas
INT	Instituto Nacional de Teatro
MESP	Ministério da Educação e Saúde Pública
SNT	Serviço Nacional de Teatro

1 INTRODUÇÃO

Desde a graduação em História, através dos trabalhos acadêmicos somados aos estágios curriculares em instituições de ensino e pesquisa, que ocorreram os mais variados contatos com os documentos, ou fontes primárias de pesquisa. O fascínio na tentativa de leitura e interpretação dos mesmos, aliado a compreensão do seu contexto de produção, resulta na própria saga em entender, essencialmente, a amplitude do trabalho com documentos pertencentes ao arquivo da terceira idade. Tudo isso impulsionou o estudo e pesquisa nos conceitos e debates próprios da Arquivologia.

O estágio no Centro de Documentação da Fundação Nacional de Artes - Funarte aconteceu em dois momentos, o primeiro em 2010 e o segundo em 2012. Ambos tiveram duração de sete a dez meses aproximadamente. O Cedoc/Funarte armazena um acervo precioso que remonta à história das artes no país em pleno século XX, através do funcionamento dos órgãos responsáveis pelo fomento dessas atividades culturais. O que inclui também doações de coleções de personalidades do meio artístico.

Como o objetivo geral deste trabalho de conclusão de curso é amparado nos artigos de Duchein (1982), é necessário conceituar a fixação do fundo Serviço Nacional de Teatro, e o estabelecimento de algumas possíveis séries com o propósito único de evidenciar a função e o tipo documental. Esse estudo se apoia no campo de pesquisa dos arquivos permanentes, mais precisamente nos temas concernentes ao arranjo de documentos.

Sendo assim, o objetivo específico é pensar uma proposta de arranjo para esse conjunto de documentos, uma tarefa de suma relevância dado o valor histórico do acervo em questão. Porém, sua aplicabilidade pode suscitar dificuldades e discordâncias típicas da organização de fundos que sofreram com massa documental desorganizada, sem critérios técnicos de acumulação, e que tiveram um recolhimento atípico aos depósitos do arquivo central. Entretanto, o arranjo do acervo em questão é iniciativa fundamental tendo em vista a urgente necessidade em disponibilizar tais documentos para a posteridade.

As primeiras providências com o intuito de efetivar o arranjo de um fundo como o descrito acima, conforme elucida Bellotto (2004), é a investigação da história administrativa da instituição produtora dos documentos. O que pressupõe consulta à legislação em geral (leis, decretos, portarias e etc.), acesso às atas de reuniões e processos vinculados, bem como o exame dos documentos produzidos para que se possa vislumbrar qual era a atividade-fim da instituição.

A percepção da ligação peculiar entre as funções de uma entidade que se desdobram em suas atividades, auxiliam para a compreensão da relação orgânica existente entre seus documentos. E é indispensável ratificar que o eficiente arranjo de um fundo de arquivo reflete a ligação e o significado dos documentos no seu contexto e circunstâncias.

Discute-se também a evolução administrativa da instituição custodiadora Funarte e os impasses políticos que ameaçaram a integridade do seu acervo, e de que modo o arquivo de documentos do Serviço Nacional de Teatro – SNT se encontra sobre sua jurisdição. Em seguida, detalha a criação do próprio SNT, a formação de sua massa documental, e sua incorporação legal ao patrimônio da Funarte.

E por fim, as abordagens em torno das questões arquivísticas pertinentes na organização de arquivos históricos. Discutem-se as complexidades impostas à definição de fundo de arquivo, as indicações de séries, e as demarcações de etapas a serem empreendidas na sistemática de arranjo.

2 METODOLOGIA

Apesar de haver uma experiência real com os arquivos do fundo em questão, foi necessária a leitura de textos acadêmicos que explicitassem tanto a trajetória administrativa da instituição custodiadora, quanto do órgão em extinção.

Fontana e Cantanhede (2013, p.1) são profissionais que conheceram de perto as “particularidades e dificuldades” do acervo de doações sob guarda do Cedoc/Funarte. Doações estas que compõem arquivos pessoais frutos de uma campanha formulada pelo SNT, que consta do Plano de Atividades de 1976 sob o nome de: Projeto Memória do Teatro Brasileiro:

Considerando que é do interesse do Serviço Nacional de Teatro a preservação da Memória do Teatro Brasileiro, encontra-se em andamento um projeto que visa o levantamento, cadastramento e registro de dados nos mais diversos setores da atividade teatral. O projeto engloba operações de pesquisa, classificação e expansão do acervo documental, coleta de depoimentos, e registros de acontecimentos e obras teatrais através de publicações. Todas essas operações compreendem a preservação dos textos do teatro brasileiro e registro da atuação cênica, com a documentação do espetáculo teatral (e de seus participantes) no passado e no presente. (SNT. Plano de Atividades, 1976.).

A assimilação das impressões alheias acerca da análise de parcela do mesmo fundo é uma oportunidade salutar e impressionante para o reexame das próprias opiniões outrora formuladas sobre o mesmo conjunto documental. Inclusive, enriquece o debate à respeito da situação na qual se encontra o acervo, os erros e acertos sobre o encaminhamento da questão do tratamento documental dirigido ao fundo, nos seus diversos gêneros.

Somado a isso, as pesquisas das professoras Karla Carloni (2013) e Angélica Ricci Camargo (2011) foram primorosas na demarcação da simbiose do momento político brasileiro, o que tornou viável traçar o paralelo quanto ao desenvolvimento das atividades do fundo então em atividade. Ou seja, qual era o momento político do país no recorte temporal de criação do SNT, quanto ao destaque ou apelo referente às questões relacionadas à cultura, quais eram as atividades do SNT frente a essas circunstâncias. A fim de se ter uma noção do funcionamento da instituição e, fundamentalmente à

interferência que movimentos políticos podem trazer para e evolução ou não de políticas dentro do seio da mesma instituição.

Outro aspecto fundamental foi a busca da legislação, em forma de leis, decretos presidenciais e portarias, com o objetivo de situar o contexto de criação das instituições em jogo, suas competências, funções e atividades enquanto entidades geradoras de fundo de arquivo, além de demarcar suas posteriores mutações administrativas. A pesquisa na legislação é parte integrante da recomposição da história administrativa, passo esse primordial para o êxito do arranjo em fundos extintos.

Instantaneamente na literatura arquivística nacional que trata dos temas acerca de documentos de terceira idade, aponta-se para a obra “Arquivos Permanentes: tratamento documental”, de Heloísa Liberalli Bellotto. É uma obra fundamental para o entendimento da dinâmica que se encontra nos documentos históricos encontrados nos arquivos da administração pública brasileira, os quais muito possivelmente não foram avaliados e identificados anteriormente, e, portanto configuram massa de documentos oriunda de acumulação desordenada. A autora associa conceitos de escritores clássicos da arquivologia internacional, adaptados à realidade brasileira encontrada nos ditos arquivos permanentes.

Um autor caro ao tema em questão é Michael Duchein, que em seu renomado artigo “O respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos” (Duchein, 1986, p. 21) que pioneiramente enumera os problemas enfrentados no momento de delimitar o fundo de arquivo. E vai além propondo soluções viáveis para a fixação do que seria fundo de arquivo.

As atividades relacionadas ao fundo do Serviço Nacional de Teatro – SNT, de imediato atraíram uma atenção toda especial. Tanto os processos administrativos que se encontram identificados e acondicionados; quanto a documentação administrativa armazenada, e que necessita de atualização das listagens de documentos através de conferência manual das caixas box; todo o fundo fechado do SNT traduz parte da história cultural do Brasil e se configura em patrimônio documental da maior importância. Por isso, é vital a compreensão do marco teórico, que será abordado no próximo capítulo.

3 MARCO TEÓRICO

A fim de entender o contexto pelo qual se encontram localizados alguns fundos documentais, faz-se necessária a noção da retrospectiva administrativa da instituição produtora ou custodiadora desses fundos. Então, torna-se essencial conhecer o percurso histórico da Funarte e seu acervo ligado a história das artes cênicas no Brasil.

3.1 FUNARTE _ A ENTIDADE CUSTODIADORA

A Fundação Nacional de Artes – Funarte, criada pela Lei nº 6.312 de 16 de dezembro de 1975, foi regulada pelo Decreto nº 77.300 em 16 de março de 1976, de duração indeterminada e dotada de personalidade jurídica de direito privado, com jurisdição em todo o território nacional.

Nessa época suas atividades englobavam música (popular e erudita) e artes plásticas e visuais. Estavam subordinados a Funarte os seguintes órgãos: Instituto Nacional de Artes Plásticas, Instituto Nacional do Folclore, Instituto Nacional de Música, e Instituto Nacional do Teatro.

A Funarte era vinculada ao antigo Ministério da Educação e Cultura, posteriormente transformado em Ministério da Cultura no ano de 1985. Em 1990, o governo Collor transformou o Ministério da Cultura em Secretaria da Cultura, diretamente ligada a Presidência da República. Além disso, a Lei nº 8.029 de 12 de abril de 1990, cria o Instituto Brasileiro de Arte e Cultura – IBAC com o intuito de assumir as competências das fundações: Fundação Nacional de Arte - FUNARTE; a Fundação do Cinema Brasileiro - FCB; e a Fundação Nacional de Artes Cênicas – FUNDACEN. De modo que as instituições citadas, as quais haviam sido transformadas em fundação em 1987, mas eram oriundas de órgãos que foram criados a partir de 1936, foram extintas.

Com a renúncia do presidente Collor e a reestruturação do Poder Executivo, o Ministério da Cultura é recriado pela Lei nº 8.490 de 19 de novembro de 1992.

Em 1994, através da Medida Provisória nº 752 de 6 de dezembro de 1994, o IBAC volta a se chamar Funarte, só que dessa vez Fundação Nacional de Artes ao invés de arte. Essa providência faz alusão à iniciativa de fomento das diversas modalidades de atividades artísticas em si, como no caso das artes visuais, da música, do teatro, da dança e do circo.

A Funarte tem estatuto e estrutura administrativa aprovados pelo Decreto nº 5.037 de 07 de abril de 2004; e seus principais objetivos são o incentivo à produção e à capacitação de artistas, o desenvolvimento da pesquisa, a preservação da memória e a formação de público para as artes no Brasil.

Na Lei original de 1975, Lei nº 6.312(1975), está registrada a competência da Funarte para custodiar acervos de instituições que amparavam atividades artísticas, e que foram extintas.

§ 2º. Mediante ato do Poder Executivo, serão incorporados à FUNARTE, com a transferência do respectivo acervo e atribuições, os órgãos e serviços do Ministério da Educação e Cultura que se destinem à finalidade prevista no caput deste artigo, especialmente o Serviço Nacional de Teatro, o Museu Nacional de Belas Artes, a Campanha de Defesa do Folclore e a Comissão Nacional de Belas Artes

Essa mesma lei que cria a Funarte, previa a transformação do Serviço Nacional de Teatro - SNT, no Instituto Nacional de Teatro – INT, além de sua posterior incorporação a Funarte.

O Serviço Nacional de Teatro – SNT criado pelo Decreto-Lei nº 92 em 21 de dezembro de 1937, extinguiu o antigo órgão responsável pela área, a Comissão de Teatro Nacional. A finalidade do SNT exposta na lei era “animar o desenvolvimento e o aprimoramento do teatro brasileiro”. Contudo, as pressões políticas não permitiram cessar o funcionamento do SNT em nome do INT. O SNT funcionou de forma independente até 1981, quando finalmente foi transformado em um instituto da Funarte. E aí sim denominado de Instituto Nacional de Artes Cênicas – INACEN, criado pela Portaria Ministerial nº 628, de 25 de Novembro de 1981.

Com autonomia financeira e administrativa o Inacen atuou até fins de 1987, quando foi transformado em Fundação Nacional de Artes Cênicas – FUNDACEN, separando-se então da Funarte. Conforme já foi citado, a Fundacen juntamente com a

Funarte e a Fundação do Cinema Brasileiro – FCB; foram extintas pela Medida Provisória 15, autorizada pela aprovação da Lei 8028, de 12 de Abril de 1990.

Como pode ser visto, no que tange a temática teatral o acervo da Funarte conta com arquivos oriundos de pelo menos quatro instituições. A Comissão de Teatro Nacional, o SNT, o Inacen, e a Fundacen.

O acervo do Centro de Documentação – Cedoc da Funarte sofreu fortes impactos na sua integridade com as reformas administrativas promovidas pelo governo Collor, já citadas anteriormente. O que ocasionou dispersão de fundos de arquivo no período de encerramento das atividades da Funarte, e a desocupação do seu endereço na Rua São José nº 50, Centro, Rio de Janeiro. Situações de furto de documentos, retiradas arbitrárias de documentos dos fundos e séries, ou simplesmente o misterioso desaparecimento de documentos que não tinham nenhuma proteção.

3.2 O ESTUDO DO FUNDO SERVIÇO NACIONAL DE TEATRO - SNT

Do ponto de vista arquivístico é fundamental estabelecer esclarecimentos acerca da história administrativa da instituição que se pretende organizar os documentos. Apesar do objetivo deste estudo ser o conjunto documental pertencente ao SNT, é imprescindível o entendimento da trajetória administrativa percorrida pela Funarte e seu Centro de Documentação (Cedoc), a instituição custodiadora do acervo do SNT conforme já explicitado em lei anteriormente.

Em 1930, Vargas conquista o poder através de um golpe que pôs fim ao domínio das forças oligárquicas. Seu governo é considerado como um marco para a implantação de políticas culturais no Brasil. Em 1934, a cultura aparece pela primeira vez em um texto constitucional, dividindo o capítulo com a educação, e inserida entre as competências do Estado.

Desde o final do século XIX, muito se debatia sobre a ideia de identidade nacional e quais seriam seus contornos característicos. A discussão sobre o povo brasileiro já se fazia presente nos diferentes círculos, e intelectuais representantes da

corrente nacionalista autoritária viam na ausência de uma ideia de nação obstáculos para a consolidação da jovem República.

Neste contexto, o Ministério da Educação e Saúde Pública – MESP, órgão do governo federal criado pelo decreto nº 19.402 em 14 de novembro de 1930, com o nome de Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública. Mas em 1937 passou a se chamar MESP, e se tornou espaço apropriado para a elaboração e aplicação do ideal modernista, conjugado ao nacionalismo autoritário. O período em que Gustavo Capanema ocupou a pasta (1934-1945) foi marcado pela presença de renomados intelectuais e artistas comprometidos com a ideia de “construção de um Brasil moderno a partir da formação de uma estética nacional própria”. (CARLONI, 2013, p.2)

A criação e a atuação do MESP relacionam-se com a necessidade de criar apoio e consenso entre os diferentes grupos sociais para levar adiante o processo de modernização autoritária. Sendo assim, a política varguista promoveu grande expansão da máquina administrativa federal, e um maior aumento da intervenção estatal nos campos social e econômico.

Data dessa época a criação de mecanismos voltados para o incentivo a atividades tipicamente teatrais: a Comissão de Teatro Nacional e o Serviço Nacional de Teatro - SNT. Nesse momento tais órgãos ficavam a cargo da Polícia, e a partir de 1939 do Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP. (CAMARGO, 2011 p.2)

A ação do Estado na esfera teatral responde a antigas solicitações da classe artística, autores, empresários e críticos, que pleiteavam incentivos diversos para montagem de espetáculos, criação de companhias, cessão de teatros, e etc. O que era assunto recorrente na Sociedade Brasileira de Autores Teatrais – SBAT e na Casa dos Artistas.

Em 1928, o próprio Getúlio Vargas então deputado, apresentou projeto formulado pelo SBAT e que foi aprovado e transformado em decreto nº 5.492, que dispunha sobre a organização das empresas teatrais, regulamentação da profissão de artista e os direitos autorais, a qual ficou conhecida como “Lei Getúlio Vargas”.

Diante do exposto, a posse do Presidente Vargas demonstrava inúmeras expectativas na classe teatral a fim de conquistar maior amparo na sua área. Inclusive, a

criação de um órgão que tratasse dos problemas do teatro, e fosse composto por representantes do setor. Em 14 de setembro de 1936, após reunião com membros da Casa dos Artistas, Vargas determinou a criação da Comissão de Teatro Nacional.

A criação da Comissão (Art. 49 da Lei nº. 378, de 13 de janeiro de 1937) e suas competências (portaria s.n., de 14/09/1936) atentam para as carências da classe teatral, assuntos relativos à construção de casas de espetáculos, ao estímulo a produção de peças, à capacitação dos atores, e etc. A Comissão era composta por personalidades da classe teatral como Celso Kelly, Múcio Leão, Francisco Mignone e Sérgio Buarque de Holanda, e muitas das suas sessões foram presididas pelo ministro Capanema.

Apesar das dificuldades orçamentárias e da complexa realização dos projetos em curto prazo de tempo, a Comissão viabilizou a tradução e publicação de peças e óperas como *Romeu e Julieta*, de Shakespeare; *O Guarani*, de Carlos Gomes; realizou concursos e distribuiu subvenções a companhias teatrais e grupos amadores. Após um ano em exercício, o ministro Capanema optou pela extinção da Comissão e a criação de um novo órgão, de caráter executivo.

Criado pelo decreto nº 92, em 21 de dezembro de 1937, o Serviço Nacional de Teatro – SNT, era um órgão subordinado ao Ministério da Educação e de Saúde Pública – MESP. Tinha por objetivo a “elevação e edificação espiritual do povo” através das artes cênicas. O teatro deveria ter um papel pedagógico e contribuir na difusão da cultura nacional. Entre suas atribuições:

Art. 3º Compete ao Serviço Nacional de Teatro:

- a) promover ou estimular a construção de teatros em todo o país;
- b) organizar ou amparar companhias de teatro declamatório, lírico, musicado e coreográfico;
- c) orientar e auxiliar, nos estabelecimentos de ensino, nas fábricas e outros centros de trabalho, nos clubes e outras associações. ou ainda isoladamente, a organização de grupos de amadores de todos os gêneros;
- d) incentivar o teatro para crianças e adolescentes, nas escolas e fora delas;
- e) promover a seleção dos espíritos dotados de real vocação para o teatro, facilitando-lhes a educação profissional no país ou no estrangeiro;
- f) estimular, no país, por todos os meios, a produção de obras de teatro de todos os gêneros;
- p) fazer o inventário da produção brasileira e portuguesa em matéria do teatro, publicando as melhores obras existentes;
- h) providenciar a tradução e a publicação das grandes obras de teatro escritas em idioma estrangeiro. (DECRETO nº 92, em 21 de dezembro de 1937).

Seu primeiro diretor foi Abadie Faria Rosa, conhecido dramaturgo, crítico e presidente da SBAT em algumas ocasiões, a gestão de Abadie durou até 1945. Passaram pela diretoria do órgão nomes como de: Gastão Tojeiro, José Guimaraes Wanderley, Otávio Rangel, Aldo Calvet, Otto Carlos Bandeira Duarte Filho, Edmundo Moniz, Clóvis Garcia Barbara Heliodora, Felinto Rodrigues Neto, entre outros. Coube ao SNT assumir as incumbências da extinta Comissão Nacional de Teatro.

Na prática, o SNT distribuía subvenções a companhias e grupos amadores através de auxílio financeiro ou arrendamento de casas de espetáculos para as apresentações concedidas aos vencedores de uma concorrência aberta por meio de edital público, mas que, com o passar do tempo, verificou-se não respeitou regras ou critérios definidos. Tais medidas foram organizadas em um plano anual de destinação de recursos a fim de providenciar melhorias imediatas para o teatro brasileiro.

Outro aspecto a ser destacado na atuação do SNT foi a criação de um curso voltado para a classe teatral, o **Curso Prático de Teatro**, em 1939. O curso complementava a criação do SNT e visava “promover a seleção dos espíritos dotados de real vocação para teatro, facilitando-lhes a educação profissional no país ou no estrangeiro” (DECRETO nº 92 de 21 de dezembro de 1937).

Em 1953 passou a denominar-se **Conservatório Nacional de Teatro**, mas já em 1958, uma Portaria do SNT definiu os cursos que integrariam o Conservatório Nacional de Teatro: Interpretação, Cenografia, Coreografia e Direção Teatral. Em 1965, o governo federal dispôs novamente sobre os cursos de Teatro e regulamentou as categorias profissionais correspondentes: Diretor de Teatro, Cenógrafo, Professor de Arte Dramática, Ator, Contra-Regra, Cenotécnico e Sonoplasta. Estabeleceu que o Diretor de Teatro, o Cenógrafo, e o Professor de Arte Dramática, seriam formados em cursos de nível superior.

No ano de 1969 começava um movimento para transformar os cursos técnicos e de nível médio em cursos de nível superior, então o Conservatório Nacional de Teatro passou a denominar-se Escola de Teatro da FEFIEG - Federação das Escola Federais Isoladas do Estado da Guanabara, desligando-se do SNT.

Não menos importante também foi a colaboração com o desenvolvimento das companhias de teatro como a Comédia Brasileira (1940-1945), a Companhia Dramática Nacional, a Companhia Nacional de Operetas (1940), o Teatro Nacional de Comédias, entre outras. Através de concursos e seleções promovidos ao longo de sua existência para fomentar a área.

A documentação do SNT (1937-1981) especificamente é composta por gêneros e tipologias documentais diversas. Diz respeito tanto as suas atividades-fim, quanto às suas atividades-meio. Dentre fundos e coleções, são encontrados documentos de gênero textual, iconográfico e cartográfico, em sua maioria.

Quanto à tipologia, encontram-se documentos que atestam seu funcionamento, como máquina administrativa que gere funcionários, material, patrimônio e verbas públicas: relações de funcionários, tabela nominal de pessoal e funções, contratações, notas de ordem de pagamento, notas de ordem de serviço, recibos em geral, faturas, balancetes, prestação de contas, relação de frequência e livro de ponto, requisições de material.

Outros documentos que comprovam sua criação jurídica e sua atuação: decretos, portarias, regimentos internos, atas, editais de concursos, processos contendo as mais variadas petições, plano de atividades, relatórios, ofícios, pareceres técnicos, memorandos, correspondências expedidas e recebidas.

Existem também documentos relativos ao ensino oferecido no Curso Prático de Teatro: currículos dos cursos, relatório de atividades didáticas, diários de classe, listagens de professores e alunos, planos de cursos, regulamentos, concessão de bolsas de estudos, requerimentos de realização de provas públicas.

Ademais são documentos que dão conta da prestação de contas em relação às companhias de teatro, aos concursos e prêmios: Campanha Nacional de Teatro, Conselho Consultivo, Prêmio SNT, Concurso Permanente de Peças, Concurso Nacional de Dramaturgia, Concurso de Dramaturgia Infantil, Concurso de Teatro de Bonecos, Concurso de Monografias e etc.

De imediato, no trato com a documentação concernente a terceira idade documental, a etapa inicial é a fixação dos fundos.

Se, por um lado, já existe um vasto material a ser arranjado, é a partir do seu estudo como conjunto administrativo funcional que se vai impor um quadro de arranjo, dentro dos preceitos descritos mais adiante; por outro lado, quando se pode dispor de organogramas e conhecimento seguro sobre as várias entidades e funções a que se ligam os documentos, é possível estabelecer antes um quadro de fundos, em cada um dos quais a documentação recolhida será integrada. Aliás, a agregação em fundos é perfeitamente compreensível em arquivos permanentes, onde o documento sozinho não tem sentido, valendo, isto sim, o conjunto. (BELLOTTO, 2004, p.128).

A identificação dos fundos é uma empreitada complexa, pois exige profundo conhecimento da trajetória administrativa do órgão produtor e/ou custodiador dos documentos, além de exigir entendimento sobre a estrutura administrativa (organograma), as competências e atribuições dos departamentos e suas mutações. A absorção dessa noção influencia diretamente na realização de um bom quadro de arranjo dos documentos permanentes, acarretando posteriormente numa eficiente descrição do conteúdo dos documentos para fins de feitura de instrumentos de pesquisa. O qual perpetuará a utilização da informação para a própria administração, para a pesquisa histórica, ou usuários em potencial.

As mudanças de denominação nas organizações, a criação/exclusão de órgãos subordinados, as alterações de personalidade jurídica, as transferências de competências, a fixação do fundo perante a hierarquia administrativa são situações que permitem ao arquivista utilizar critérios práticos e acadêmicos para determinar a existência ou não do fundo de arquivo. O fundo, entendido segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005, p.96) como “conjunto de documentos de uma mesma proveniência, aparentemente não transparece a complexidade da sua aplicação efetiva”.

Ademais, o fato norteador da constituição do fundo é o princípio da proveniência ou princípio do respeito aos fundos, conforme afirma Bellotto (2004, p.28).

Basicamente o princípio impede a mistura de documentos de proveniências diferentes, porque defende a suma importância do inter-relacionamento dos documentos pertencentes a um mesmo conjunto documental, pessoa física ou jurídica. A isso se dá o nome de organicidade documental, propriedade já comentada acima. A assimilação dessa noção do valor do documento no seu contexto de produção e acumulação distingue a atuação do arquivista.

A respeito da organicidade, Duranti (1994, p.3) afirma que os documentos estão “ligados entre si por um elo que é criado no momento em que são produzidos ou recebidos, e que é determinado pela razão de sua produção e que é necessário à sua própria existência”.

As implicações na definição de fundos arquivísticos são diversas. Conforme bem formulou o historiador francês, Michael Duchein (1986, p.14) “mais fácil se torna enunciá-lo que defini-lo e defini-lo que aplicá-lo”, ou seja, teorizar sobre o conceito de delimitação de fundos arquivísticos só não é mais difícil do que exercê-lo na prática.

Os cinco quesitos obrigatórios recomendados por Duchein (1986, p.20) para a definição da instituição produtora de fundo arquivístico devem ser de notório conhecimento para o profissional da área. Tais condições dizem respeito a instituição possuir denominação e existência jurídica própria decorrente de ato, lei ou resolução; possuir uma atribuição específica e estável; possuir posição na hierarquia administrativa; possuir chefia com poder decisório; e por fim deve possuir organização interna (organograma).

É possível perceber que o SNT cumpre com todas essas exigências, apesar de ser um fundo extinto. Sua existência jurídica é comprovada através do decreto nº 92 de 21 de dezembro de 1937, o qual estabelece as atribuições de sua competência e estabelece sua subordinação administrativa ao antigo Ministério da Educação e Saúde Pública. A chefia responsável pelo comando do SNT é transitória, os diretores são designados através de portarias.

Quanto à organização interna, por meio de exame dos documentos torna-se viável esboçá-la e admitir uma sugestão de organograma composto pelos seguintes setores: de

diretoria; de ensino (curso prático e conservatório nacional de teatro), protocolo (responsável pela abertura de processos, e controle de correspondências), administrativo (responsável pelo departamento pessoal, de prestação de contas, de campanhas, concursos e premiações (acompanhamento de projetos).

Deve-se ter em mente que o SNT, por meio de portaria ministerial, suspendeu sua incorporação oficial à Funarte em 1981, em face da forte reivindicação de diversas entidades de classe pela autonomia do órgão, e a extensão de suas ações. Mesmo estando prevista sua atuação em outras áreas além da teatral pelo Decreto nº 92, foi somente a partir de 1977 e 1978 que o órgão passa a abranger também as áreas de dança e circo, "faltando apenas a integração da Ópera, em seus aspectos cênicos, para completar o quadro de operações". (FUNARTE/ CEDOC, 1982, p.6)

Isso quer dizer que o SNT é uma instituição extinta, portanto configura como um fundo fechado. Essa noção engloba duas situações distintas, quando o órgão produtor de documentos encerra sua atividade e deixa de existir; ou quando continua suas atividades e apenas muda sua denominação. Apesar de o SNT ter tido suas competências absorvidas pelo INACEN, não é razoável permanecerem juntos como um mesmo fundo na ordenação do arranjo, já que não se integraram e possuem individualidade, são fundos autônomos.

Na elaboração dos grupos ou seções é importante ter em mente, que esta se configura na reunião de documentos produzidos e acumulados por unidades administrativas com competências específicas. A fim de dar início a essa etapa, obviamente é indispensável o levantamento prévio da legislação e da regulamentação relativa ao órgão produtor.

Os princípios de arranjo de arquivos dizem respeito, primeiro, à ordenação dos grupos de documentos, uns em relação aos outros e, em segundo lugar, ao ordenamento das peças individuais dentro dos grupos. (SCHELLENBERG, 2008, p.239)

A abertura da primeira divisão do fundo corresponde ao agrupamento de documentos emanados dos órgãos da segunda escala hierárquica administrativa. Instantaneamente, a primeira fração pertinente seria aquela que distinguisse os

documentos ligados ao funcionamento do órgão (atividade-meio), dos documentos ligados às funções principais de fomento as atividades artísticas (atividade-fim).

Pois a característica marcante de constituição de um grupo é a junção de documentos que justifiquem a existência do departamento que lhe equivale. São as atribuições desse departamento que merecem ser destacadas na formação do grupo. Portanto, a proposta inicial seria a criação do Grupo Conservatório Nacional de Teatro.

Apesar de não ser comum na organização de fundos fechados a divisão em grupos, pois nem sempre se tem informações suficientes sobre a estrutura da instituição geradora à época da criação dos papéis. Aqui essa divisão se faz interessante, pela demarcação legal existente para área ligada a Educação Teatral promovida pelo SNT, desde o tempo que se denominava Curso Prático de Teatro. Ademais o considerável montante de papel ligado ao campo de ensino vale a reunião da documentação sobre este tema.

Sob o nome do Grupo Conservatório Nacional de Teatro estariam acondicionados documentos do curso de ballet, curso de cenografia, cursos de direção, curso de formação de ator, e curso de cenotécnica.

Já na delimitação das séries, o que vigora é a sequência de documentos em torno das diretrizes função e tipo documental. A combinação função e tipologia é a essência do documento, sua natureza. E deve ser entendida do seguinte modo: função como a missão do documento (exemplo: legitimar um direito); e tipologia como o instrumento legal que valida a função do documento perante a sociedade de direito.

Como o princípio norteador das séries é o tipológico, podem ter um papel acessório com relação ao todo do material gerado no cumprimento das atribuições do órgão. O que quer dizer que podem possuir pouca relevância, mas o fato de estarem inseridas num conjunto agregam sua importância individual. Um bom exemplo de formação de é a Série Correspondências, onde os temas tratados, os signatários e os destinatários revelam as atividades e relações do órgão em questão.

Diante disso, são sugeridas as formações de Séries: Portarias, Decretos; Regulamentos; Parecer Técnico; Relatórios e Projetos; Abaixo-Assinado; Atas; Declarações; Memorandos; Ofícios; Convênios; Concursos e Seleções; Editais; Ordens de Serviço; Lotações; Faturas e Recibos. Em geral a ordenação no interior de cada série obedece ao método de arquivamento cronológico ou alfabético.

Devido à expressiva quantidade de processos em que artistas e companhias de teatro pleiteavam desde auxílios financeiros, cessão de espaço para encenação de espetáculos até bolsas de estudo e material cênico; é fundamental a junção desses processos e sua ordenação por ordem numérica cronológica, o método mais indicado para o resgate da informação em se tratando de processo.

3.3 DA SISTEMÁTICA DE ARRANJO

O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005, p.36) ensina que “arranjo é uma sequência de operações intelectuais e físicas que visam à organização de documentos de um arquivo”. Vale destacar que o arranjo esta relacionado à organização de documentos do arquivo permanente, documentos da terceira idade documental, os quais já passaram da condição de uso frequente ou da possibilidade de eliminação apontada pela tabela de classificação.

Entretanto, o mesmo Dicionário (2005, p.155) avalia que sistema de arranjo “é o conjunto de procedimentos técnicos combinados que norteiam a organização dos documentos, tendo em vista a recuperação da informação do fundo”. A fim de proceder a sistemática do arranjo é viável definir um plano que contemple alguns aspectos entendidos como essenciais:

* Identificar o fundo: as entidades relacionadas em questão; se mais de um produtor; os assuntos; os gêneros, espécies, e tipos documentais; datas de acumulação dos documentos; os suportes que compõem o fundo e sua dimensão;

* Estudar a instituição produtora da documentação: a história administrativa; a estrutura administrativa e suas mutações; a cronologia; as funções/atividades incorporadas;

- * Investigar sinais da ordem original dada pelo produtor fim de que melhor possa refletir a dinâmica da instituição: códigos, notações, dossiês, processos, formas de ordenação;
- * Avaliar o estado da documentação quanto a conservação e higienização;
- * Esboçar um Quadro de Arranjo.

Se o arquivo permanente visa atender ao pesquisador, pode parecer paradoxal que o arranjo seja baseado na forma administrativa. Para o historiador seria mais fácil que a ordenação fosse temática, cronológica, ou geográfica. Entretanto, tal ordenação faria desaparecer ou diluiria a percepção da razão de ser do documento, o que, afinal, o deformaria aos olhos do consulente. Em muitos casos pode vir ao encontro de uma pesquisa muito mais a natureza e o significado do documento dentro do conjunto orgânico do que a informação nele contida. . (BELLOTTO, 2004, p.139)

3.3.1 A investigação sobre a ordem original

Uma vez realizado o estudo da história administrativa e efetuada a fixação do fundo, conforme disposto nas etapas acima, é hora de proceder às buscas sobre a provável disposição dos documentos na estrutura interna, praticada pela entidade produtora.

Os registros arquivísticos possuem um tipo de conhecimento único, pois são gerados no curso das atividades de uma pessoa física ou jurídica, então são reflexo da forma de funcionamento desses entes, resultando-se em registro de prova ou informação para as futuras gerações.

Essa capacidade dos documentos de arquivo de capturar os fatos, suas ações e reações, deriva da própria relação entre os documentos pertencentes ao mesmo produtor/custodiador. E é função típica do profissional de arquivo, desde o manuseio com documentos correntes, manter inalterada as propriedades essenciais: imparcialidade, autenticidade, naturalidade, organicidade e unicidade.

Respectivamente, essas propriedades regulam: a importância da neutralidade na circunstância de criação do documento, livre de manipulação; a veracidade incontestável do conteúdo documental, pois foram criados e mantidos de acordo com

procedimentos regulares; o modo como se acumula a documentação e constitui o fundo; o inter-relacionamento dos documentos de um mesmo fundo; e a relação única de cada documento no seu contexto administrativo, independente de duplicatas.

É possível perceber que a instabilidade política e as constantes mudanças de gestão administrativa, interferem diretamente na metodologia conceitual e prática a ser adotada no manuseio da massa documental.

A incipiente política estatal implementada na área da cultura no governo Vargas, teve evolução compatível com a forma de se tratar a sua documentação. Pois é preciso ter em mente que a trajetória de construção do conhecimento arquivístico é um fenômeno relativamente recente. Então, os arquivos históricos do século XX, em geral, desde a sua produção no órgão de origem, não puderam ser identificados e avaliados segundo técnicas arquivísticas que ainda estavam por ser desenvolvidas e consolidadas.

O antigo método de arranjar documentos de valor secundário (valor probatório, histórico) era inspirado na classificação por assunto, oriundo da Biblioteconomia. É inadequado organizar documentos de arquivo de acordo com cabeçalhos de assunto, devido a variedade de assuntos que um documento é capaz de comportar. Além disso, esse método não é apropriado para documentos arquivísticos, pois agride o princípio básico de não misturar documentos de proveniências diferentes, ou seja, o princípio da proveniência defende o agrupamento de documentos de acordo com sua origem no órgão produtor, pessoa jurídica ou física.

3.3.2 Avaliação do estudo de conservação da documentação

Boa parte do patrimônio documental sobre artes cênicas que se encontra sob custódia do Cedoc diz respeito às atividades do SNT, enquanto órgão que ainda estava em atividade (1937-1981). Nem tudo se encontra disponibilizado ao público devido à falta de tratamento técnico adequado. O qual não foi possível por causa da carência de profissionais, falta de material adequado para providências relativas à conservação, ao

acondicionamento e a armazenagem, além de problemas quanto a metodologia adotada para manter as características essenciais dos documentos de arquivo.

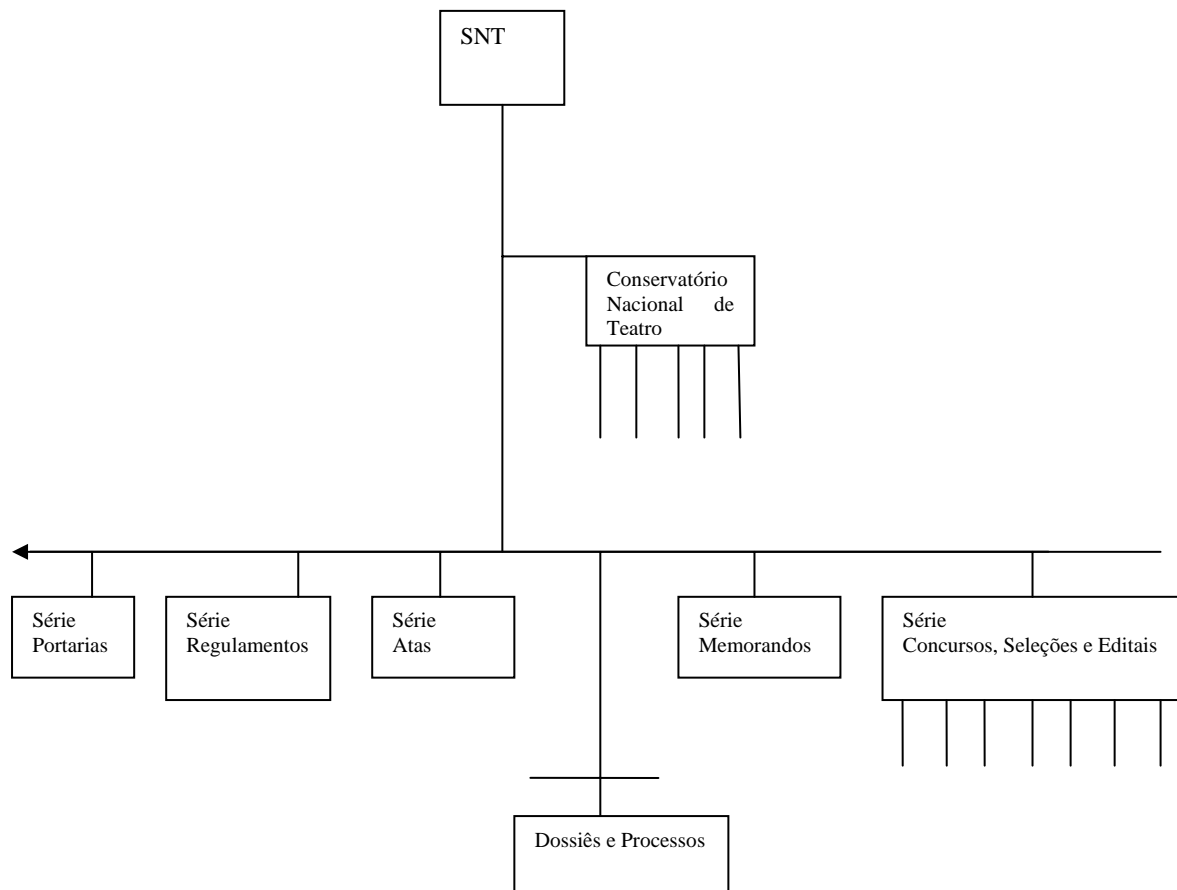
O conceito de preservação envolve as atividades de conservação e restauração dos documentos. A preservação, então, deve ser entendida como um conceito amplo, que abrange todas as medidas necessárias para a salvaguarda da integridade dos documentos arquivísticos no decorrer do tempo. Segundo Norma Cassares, a conservação é um conjunto de ações estabilizadoras que visam desacelerar o processo de degradação de documentos, por meio de controle ambiental e de tratamentos específicos que objetivam estender a vida útil dos documentos. Enquanto a restauração é vista como um conjunto de medidas com fins de reverter danos físicos ou químicos adquiridos pelo documento ao longo do tempo e do uso. (CASSARES, 2000, p.12)

De acordo com Beck (2005), a conservação e a restauração analisam os impactos de danificações sobre o objeto, já a preservação analisa os impactos de danificações sobre o conjunto documental. É urgente a necessidade de implantação de uma política de planejamento de preservação, com o objetivo postergar ainda mais os danos físicos e químicos assim como reverter àqueles danos que se encontram já em andamento,

Foi possível localizar a ação de agentes químicos através do uso de objetos metálicos como grampo e cliques, quais causam processo químico de oxidação e que resultou em machas de ferrugem que danificam o documento. Também foi comprovada a ação de agentes biológicos como traças, brocas e fungos.

A higienização do acervo é uma medida salutar, inclusive a fim de conferir ao fundo uma criteriosa separação dos documentos por gêneros e distinguir fotografias, gravuras, plantas e folhetos do restante dos documentos textuais, que são a grande maioria.

3.3.3 O esboço de um quadro de arranjo do SNT



4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve a pretensão de esboçar um possível sistema de arranjo para o fundo fechado do Serviço Nacional de Teatro SNT, que se encontra sob custódia legal da Fundação Nacional de Artes – Funarte.

Na defesa dessa tese, examinou-se minuciosamente o que alguns autores célebres na Arquivologia nacional e internacional afirmam sobre o lidar com documentos de arquivo permanente.

Desde o primeiro contato é nítido que o SNT possui todas as condições para ser entendido como fundo de arquivo. Por mais que problemáticas da ordem de perdas e dispersões de documentos, além de um tratamento documental inadequado afetassem um projeto de arranjo.

Tais obstáculos são recorrentes nos arquivos advindos da administração pública brasileira, pois são frutos, na grande maioria das vezes, de um recolhimento selvagem realizado sem atender a nenhuma avaliação e classificação de documentos a priori, tampouco sem consulta a uma tabela de temporalidade dos documentos. Menos ainda pode ser dito a respeito da preservação da ordem original dada pelo órgão produtor, e de medidas relativas à conservação dos documentos.

A Era Vargas, segundo a historiadora Lia Calabre (2009) se constituiu em fase pioneira na elaboração das chamadas políticas culturais promovidas pelo governo no Brasil. É quando a cultura se torna assunto de interesse do Estado. Foi o momento da criação pioneira de instituições voltadas para setores onde o Estado ainda não atuava, e é justamente quando o SNT é criado. Por isso mesmo, esse acervo é registro vivo desse momento da história política do Brasil ligada ao campo cultural.

Resgatar essa parte da história através do arranjo subsequente do entendimento de como funcionava a estrutura administrativa, reconstruir cada elo responsável pela ligação entre os documentos desse fundo, e conseqüentemente refletir toda a extensão

de atuação do SNT, é missão do arquivista com experiência no trato de arquivos permanentes.

Um projeto desse porte é enriquecedor para todos os arquivistas e demais profissionais envolvidos, pois é um momento real de aplicação de conceitos e teorias aprendidas na universidade. E que darão conta tanto de questões relativas ao próprio sistema de arranjo em si, mas também de temas relacionados a Avaliação, Classificação de documentos, Análise Tipológica, Temporalidade Documental, Descrição e elaboração de instrumentos de pesquisa, e até mesmo nas perspectivas de Preservação de documentos.

Sendo assim, é indiscutível a importância do arranjo e posterior disponibilização ao público do acervo SNT, como demarcador de uma nova consciência política para o desenvolvimento da cultura nacional em suas diversas expressões de arte.

Assim, o arranjo, a descrição e a divulgação das fontes históricas componentes de um acervo arquivístico só são possíveis se um adequado fluxo documental e uma consciente e cuidadosa avaliação/eliminação puderem transformar uma massa documental inconsciente, demasiado diluída e abrangente como informação num organizado conjunto de fundos, devidamente arranjados e devidamente descritos por meio de instrumentos de pesquisa que não permitam perdas de dados. (BELLOTTO, 2004, p.124)

REFERÊNCIAS

- . ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.
- . _____. **Manual de identificação de acervos documentais para transferência e recolhimento aos arquivos públicos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1988.
- . ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES. **Manual de arranjo e descrição de arquivos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1975. Disponível em: http://www.arquivonacional.gov.br/media/manual_dos_arquivistas.pdf Acesso em 12 mai. 2014
- . BECK, Ingrid. A importância do planejamento da preservação. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 4, n.1, p.19-30, janeiro-junho 2005.
- . _____. Ingrid. Pesquisa das condições de preservação do conjunto documental “Licença para Obras”, do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, usando a metodologia de amostragem aleatória. In: **CONGRESSO DA ABRACOR**, 11, 2002, Rio de Janeiro, Anais. Rio de Janeiro, 2002, p.33-41.
- . BELLOTTO, Heloísa L. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. Rio de Janeiro, FGV, 2004.
- . _____. CAMARGO, Ana Maria de Almeida (Coord.). **Dicionário de terminologia arquivística**. São Paulo: AAB-SP/SEC, 1996. Localização: AN; FGV/BMHS; BCE/ UnB; COC; CEDIC.
- . _____. **Avaliação e destinação de documentos de arquivo; normas e procedimentos**. (Relatório apresentado à ABNT, 2000).
- . BRASIL. Decreto-lei n. 92, de 21 de dezembro de 1937. Cria o Serviço Nacional de Teatro. Disponível em:

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-92-21-dezembro-1937-350840-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 11 abr. 2014.

. CALABRE, Lia, **Políticas Culturais no Brasil: Dos anos 1930 ao Século XXI**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

. CAMARGO, Ana Maria de Almeida, GOULART, Silvana. **Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais: procedimentos metodológicos adotados na organização dos documentos de Fernando Henrique Cardoso**. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2007, p. 53-73.

. CAMARGO, Angélica Ricci. O teatro em questão: um balanço sobre as experiências da Comissão e do Serviço Nacional de Teatro (1936-1945). In: **II Seminário Internacional de Políticas Culturais**, 2011, Rio de Janeiro. Artigos do II Seminário Internacional de Políticas Culturais, 2011.

. CARLONI, Karla Guilherme. O Serviço Nacional de Teatro e a formação do balé brasileiro: nacionalismo e modernismo nos palcos cariocas. In: **IV Seminário Internacional de Políticas Públicas Culturais**, 2013, Rio de Janeiro. **IV Seminário Internacional de Políticas Públicas Culturais**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2013.

. CASSARES, Norma Cianflone. **Como Fazer Conservação Preventiva em Arquivos e Bibliotecas**. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial, 2000.

. CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. **Metodologia de organização de arquivos pessoais: a experiência do CPDOC**. 4. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. 104 p. Localização: FGV/ CPDOC.

. CHUVA, Marcia R.R. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília: IPHAN, n. 34, p.147-165, 2011.

. CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). Nobrade: Norma Brasileira de Descrição. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. Disponível em: www.arquivonacional.gov.br

. COOK, Michael. Desenvolvimento na descrição arquivística: algumas sugestões para o futuro. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1-2, p. 124-132, jan.-dez. 2007.

. CUNNINGHAM, Adrian. O poder da proveniência na descrição arquivística. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1-2, p. 77-92, jan.-dez. 2007.

. DUCHEIN, Michel. O respeito aos fundos em arquivísticas. Trad. Maria Amélia Gomes Leite. *Arquivo & Administração*. Rio de Janeiro, v.10, n.14, p.14-33, abr. 1982/1986.

. DURANTI, Luciana. Registros documentais contemporâneos como provas de ação. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 49-64, 1994. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/134.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2014.

. DURANTI, Luciana. **A forma documental e sua crítica**. Tradução Jerusa Gonçalves e Rosely Rondinelli. In: *Diplomatics: new uses for an old science*. Maryland, Society of American Archivists, 1998.

. ENTREVISTA COM VITOR FONSECA. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1-2, p. 3-12, jan.-dez. 2007.

. FAUSTO, Boris. **O pensamento nacionalista autoritário (1920-1940)**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. p. 45.

. FONSECA, Maria Cecília Londres. **Referências Culturais: Base para Novas Políticas de Patrimônio**. In: *O Registro do Patrimônio Imaterial: dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho do Patrimônio Imaterial*. Brasília: IPHAN, 2 ed. 2003. p. 83-95.

- . FONSECA, Maria Odila. Informação, arquivos e instituições arquivísticas. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p.33-44, jun.-jul., 1998.
- . FOX, Michael. Por que precisamos de normas. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1-2, p. 23-30, jan.-dez. 2007.
- . FUNARTE – Fundação Nacional de Artes. **Relatório de atividades 1976 a 1978**. CEDOC: 3091. [Rio de Janeiro: Funarte, 1979].
- . HERRERA, Antonia Heredia. **Manual de instrumentos de descripción documental**. Sevilla: Diputación Provincial, 1985.
- . HEYMANN, Luciana Quillet. Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso Filinto Müller. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, no. 19, 1997.
- . _____. De “arquivo pessoal” a “patrimônio nacional”: reflexões acerca da produção de “legados”. Rio de Janeiro: CPDOC, 2005. Trabalho apresentado no I Seminário PRONEX – Direitos e Cidadania, Rio de Janeiro, 2-4 ago.2005. Disponível em: http://www.cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arg/1612.pdf
- . JARDIM, José Maria. A invenção da memória nos arquivos públicos. Ciência da Informação. Rio de Janeiro, v. 25, n.2, 1995. Disponível em: <http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/viewFile/439/397>. Acesso em: 24 mai. 2014.
- . LOPES, Caroline Cantanhede; FONTANA, Fabiana. S.. Projeto Memória das Artes Cênicas: um breve histórico de um acervo arquivístico das artes cênicas e algumas considerações metodológicas. In: **XXVII Simpósio Nacional de História**, 2013, Natal. XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA Conhecimento histórico e diálogo social 22 a 26 de julho de 2013 - Caderno de Resumos, 2013. p. 1-999.
- . METODOLOGIA de pesquisa para apoio à organização de acervos da administração pública brasileira. **Acervo**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.41-50, jan./jun. 1986.

. PAES, Marilena Leite. **Arquivo: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

.ROUSSEAU, Jean-Yves; CAROL, Couture. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Dom Quixote, 1990. [cap. 1.3, p. 48 a 60]

. SCHELLENBERG, Theodore. **Arquivos Modernos: princípios e técnicas**. 6. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

. SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. A classificação como função matricial do que-fazer arquivístico. In: SANTOS, Vanderlei Batista dos (Org.). **Arquivística: temas contemporâneos**. Distrito Federal: SENAC, 2008, p. 79-172.

. _____. Os princípios da teoria da classificação e o processo de organização de documentos de arquivo. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v.6, n.1, jan./jun. 2007, p.5-26.

. OLIVEIRA, Lucia Lippi. “Introdução”. In: _____. (coord.). **Elite intelectual e debate político nos anos 30: uma biografia comentada da revolução de 1930**. Rio de Janeiro: FGV, 1980.

. OLIVEIRA, Lúcia Maria Veloso de; MOURA, Leila Estephanio de Moura. **Temporalidade e destinação de documentos arquivísticos da Casa de Rui Barbosa**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2003.